

## A REFORMA UNIVERSITÁRIA DO GOVERNO LULA: continuidade ou ruptura com o projeto neoliberal?

**Deribaldo Santos\***  
**Laura Santos\*\***

### RESUMO

O atual momento histórico configura uma profunda crise do sistema capitalista, cujas características do fantástico desenvolvimento científico-tecnológico, por um lado, e a paulatina destruição dos direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora, por outro, não nos deixam dúvidas de estarmos nos referindo a uma crise estrutural do capital. É nesse contexto de crise, marcado por uma crescente redução de custos com as demandas sociais, cujo Estado vem se eximindo cada vez mais do papel de provedor dos serviços públicos essenciais. Em face desse contexto, analisaremos a proposta de reforma universitária do governo Lula.

Palavras-Chave: Reforma Universitária – Ensino Superior Brasileiro – Governo Lula

### ABSTRACT

The current historical moment configures a deep crisis of the capitalist system, whose characteristics of the fantastic scientific-technological development, on one side, and the growing destruction of the rights historically conquered by the working class, for other, they don't leave us doubts of we be referring to a structural crisis of the capital. It is in that crisis context, marked by a growing reduction of costs with the social demands, whose it comes if exempting more and more of the supplier's of the essential public services paper, that we will analyze the proposal of the government's university reform Lula.

Keywords: University reform - Brazilian higher education - Govern Lula

## 1 INTRODUÇÃO

O aprofundamento da crise que se faz cada vez mais patente na estrutura do capital e que difere das demais crises anteriores, denominadas cíclicas, por possuir um caráter especialmente agudo e destrutivo, configurando-se como uma *crise sem precedentes na história da humanidade*<sup>1</sup> impulsiona a uma ofensiva cada vez maior de

---

\* Professor da Faculdade Evolutivo – FACE; Professor Substituto; Pedagogo; Especialista em Gestão de Escola e Mestrado em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará.

\*\* Mestranda em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Pedagoga.

<sup>1</sup> Segundo Mészáros (2002, p.796) “A novidade histórica da crise de hoje (estrutural) torna-se manifesta em quatro aspectos principais: (1) seu caráter é universal, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular de produção, aplicando-se a este e não àquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.); (2) seu alcance é verdadeiramente global (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado); (3) sua escala de tempo é extensa, contínua, se preferir, permanente, em lugar de limitada e cíclica, como foram todas as crises anteriores do capital; (4) em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a

ataque do imperialismo através das organizações internacionais<sup>2</sup>, sobre os históricos direitos sociais duramente conquistados pela classe trabalhadora.

Na América Latina-AL, por exemplo, as amargas, como o crescente aumento do desemprego, para citar o mínimo, vivenciado pela classe trabalhadora argentina, mexicana, ou brasileira não são meras coincidências. São legítimas provas de que a ação dos organismos internacionais tem provocado a estagnação da economia, impondo miséria e sofrimento à milhões de pessoas, na busca desenfreada para viabilizar o cumprimento com os acordos *financeiros* firmados.

No que se refere à educação, e que não difere de outros setores como saúde e previdência, entre outros, é contínua a política de desmonte do setor público, consolidada desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso-FHC (1994/1998), bem como a ampliação de incentivos à iniciativa privada, na tentativa de enxugar os gastos do Estado, eximindo-o, cada vez mais, de suas responsabilidades sociais.

A adesão à política de Estado mínimo pelo governo brasileiro deu-se no início da década de 90 com a reforma do Estado brasileiro propugnado pelo, à época presidente, Fernando Collor de Mello, aderindo incondicionalmente às diretrizes do Consenso de Washington<sup>3</sup>. Tal iniciativa significava dar confiança aos países de capitalismo central na liquidez das economias do terceiro mundo.

Propagandeado como solução para a crise que enfrentavam as economias em desenvolvimento, as diretrizes do supracitado Consenso passaram a ser impostas como condição para que as agências internacionais concedessem créditos aos países latino-americanos. O cumprimento das exigências dava às agências uma maior confiança no retorno de seus investimentos e no pagamento das altas parcelas da dívida externa devida pelos países periféricos aos países de capitalismo central.

Para Godoi Filho<sup>4</sup>, vice-presidente do Andes (sindicato dos professores universitários) a reforma universitária “é mais umas das reformas que vem para complementar as reformas do Estado brasileiro iniciado no governo Fernando Henrique e, o

---

complexa maquinaria agora ativamente empenhada na *administração da crise* e no *deslocamento* mais ou menos temporário das crescentes contradições perder sua energia” (grifos do original).

<sup>2</sup> Organização Mundial do Comércio; Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial, entre outros.

<sup>3</sup> Congresso realizado em Washington, em 1989, onde reuniram-se diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, além de representantes dos grandes órgãos e instituições credoras dos países de terceiro mundo, como o Fundo Monetário Internacional-FMI, Banco Mundial-BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, o Banco Central e Secretaria do Tesouro estadunidenses. O encontro, convocado pelo *Institute for International Economics*, com o tema “*Latin American Adjustment: How Much has Happened?*” objetivava discutir a urgência e as perspectivas de reformas econômicas na América Latina, como também, o andamento das reformas, àquela época, já em curso. O pesquisador inglês John Williamson, membro fundador do instituto promotor do evento, elencou os pontos consensuais entre os participantes do encontro. Estes pontos consagraram-se na história sobre a alcunha de Consenso de Washington e versavam sobre: Disciplina Fiscal; Focalização dos Gastos Públicos; Reforma Tributária; Liberalização Financeira; Taxa de Câmbio Flutuante; Liberalização do Comércio Exterior; Eliminação de Restrições ao Capital Externo; Privatização; Desregulamentação; Defesa da Propriedade.

<sup>4</sup> José Domingues Godoi Filho, em entrevista ao repórter Cláudio Bandeira da Tarde, sobre a Reforma Universitária.

que é pior, continuada no governo Lula, sem muitas diferenças. Ao contrário, em alguns aspectos até mais aprofundada”<sup>5</sup>.

## 2 O GOVERNO LULA

No Brasil, a insatisfação provocada pelas tentativas cada vez mais ousadas do capital em crise na busca de recuperar suas taxas de lucros, aos vinte e seis dias do mês de outubro de 2002, decidia-se em meio ao calor das urnas brasileiras a escolha do homem que a partir de janeiro do ano seguinte, governaria o país. Era ele, Luís Inácio Lula da Silva, o operário, torneiro mecânico, sindicalista, nordestino, oriundo da classe trabalhadora, para não dizer da *classe pobre do Brasil*, e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores-PT que fora escolhido com o percentual recorde na história do país - 61% dos eleitores, algo em torno de 52 milhões de brasileiros aclamaram Lula presidente no segundo turno das eleições presidenciais. Enfim, depois de quase duas décadas, *A esperança vence o medo!* Alardeava-se a frase aos quatro cantos do mundo. O fenômeno acontecia no Brasil. Os mais entusiásticos (e um tanto quanto fantasiosos demais) chegavam a bradar: que a derrota do neoliberalismo triunfava em nosso país<sup>6</sup>. Os principais jornais de vários países não cessavam de noticiar o ocorrido no gigante da América Latina. Parecia até que o socialismo batia às portas do nosso país. Como se a vitória de Lula não tivesse sido possibilitada pela aliança estabelecida com o representante do Partido Liberal-PL, o empresário, evangélico e à época Senador, José Alencar, consagrando a Frente Popular no poder.

O PT, fundado em 1980, provocado pela resistente ofensiva do movimento operário e camponês, e em decorrência do processo grevista centrado no ABC Paulista, iniciado em 1978, cujos principais nomes transformariam-se nas principais lideranças do novo partido. Nas eleições de 1982, o PT realiza suas primeiras experiências eleitorais. Na disputa para governador do Estado de São Paulo obteve em torno de 11% dos votos, com a candidatura de Luís Inácio Lula da Silva. O *slogan* da campanha de Lula fora: *Vote no três, o resto é burguês*. A partir de 1989, para as eleições presidências, definem-se as candidaturas da Frente Brasil Popular, concretizando alianças com figuras políticas

---

<sup>5</sup> Ainda segundo Godoi Filho (2005), Essa reforma do Estado, na qual a reforma universitária é um dos aspectos, não se limita ao modelo neo-liberal. Na verdade, o primeiro passo para a reforma do Estado deu-se em 1976, ano que coincide com a chamada rodada uruguaia do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Em 1994, o Gatt é transformado na Organização Mundial do Comércio (OMC) e sai daí uma série de decisões entre as quais a que possibilitam aos “provedores privados de serviços” a liberdade de atuarem em qualquer canto do mundo. Entre esses serviços encontram-se a saúde, a educação, água, saneamento, entre outros.

<sup>6</sup> A exemplo, podemos citar os jornais da União Nacional dos Estudantes-UNE, bem como os jornais da União da Juventude Socialista-UJS, do Partido Comunista do Brasil-PC do B. Não coincidentemente, a UJS compõe a direção majoritária da UNE.

secundárias da burguesia. Vale salientar que o partido dos trabalhadores disputara as eleições presidenciais também em 1994 e 1998 (COGGIOLA, 2004).

Fora justamente essa aliança e, sobretudo, o documento intitulado *Carta ao Povo Brasileiro*, elaborada ainda em junho, e, portanto, antes das eleições, que oportunizou o candidato do PT conquistar a confiança dos investidores estrangeiros no Brasil e, conseqüentemente, a vitória eleitoral. No referido documento, “a direção do PT comprometeu-se com as leis de responsabilidade fiscal e o superávit primário; o pagamento da dívida externa; a submissão plena ao Fundo Monetário Internacional-FMI”. Tais compromissos tornaram clara a submissão das propostas da Frente Popular aos ditames do mercado.

A expectativa gerada em torno da campanha, bem como a consolidação da vitória eleitoral fazia da maior parte dos segmentos da classe trabalhadora e da intelectualidade do país, de um modo geral, apostar nas mudanças necessárias para o desenvolvimento e crescimento da nação.

Para grande parte da intelectualidade brasileira e da juventude vinculadas à área educacional, seja ela de ensino superior, médio, básico ou técnico-profissionalizante, as *esperanças* eram depositadas na ardorosa crença de defesa da educação pública e de qualidade. Já mal começara o governo e o nome escolhido para estar à frente da Pasta da Educação<sup>7</sup>, Cristóvão Buarque, dá sinais de que as propostas não divergiriam muito das propugnadas por FHC. A confiança no debate com a comunidade acadêmica sobre os problemas das universidades públicas do país, em explícita situação de sucateamento, não vingou, e o pior, seu propositor fora substituído por Tarso Genro. Este sim, não hesita em *mostrar serviço*, já instituindo, de início, uma comissão interministerial, denominada de Grupo de Trabalho Interministerial-GTI para elaborar um diagnóstico das universidades brasileiras (COGGIOLA, 2004).

O GTI, formado por seis ministérios, a saber, Educação; Casa Civil, Planejamento, Fazenda, Ciência e Tecnologia e Secretaria Geral da Presidência, objetiva em última análise, elaborar idéias para a reforma universitária<sup>8</sup>.

### 3 A REFORMA UNIVERSITÁRIA

Não é mera coincidência o que nos diversos países, sejam eles latino-americanos ou europeus, está acontecendo no que respeita ao ensino superior. Nesse

<sup>7</sup> Referimos-nos, aqui, como educação no sentido amplo, abrangendo também a área de Ciência e Tecnologia.

<sup>8</sup> O documento elaborado pelo Grupo é dividido em quatro partes: 1) ações emergenciais; 2) autonomia das federais; 3) linhas de ação imediata para mudar o quadro atual; e 4) etapas para a formulação e implantação da reforma universitária.

sentido, Coggiola (2004, p. 70) revela que *um terremoto parece estar abalando as universidades, nos mais diversos países*. Na Inglaterra, por exemplo, aprovou-se no parlamento o salto de 1125 para 3000 libras anuais, ou seja, US\$ 5300, para matrícula nas universidades públicas. Esse autor, ainda revela que:

Logicamente, haverá bolsas para estudantes carentes (que deverão ser reembolsados pelos beneficiados), e as anuidades serão administradas como créditos que os estudantes deverão pagar depois de formados, a partir de ganharem salários (anuais) de US\$ 25000. [...] Na Itália, por sua vez, a 17 de fevereiro, milhares de professores e estudantes manifestaram em Roma, contra a (contra)reforma universitária que está sendo implantada, um verdadeiro “pacote” com vários “presentes”: precarização do trabalho (os pesquisadores, primeiro escalão da carreira, serão agora incorporados com contratos de tempo determinado, com salários reduzidos e a quase certeza, com exceções, de se encontrarem no olho da rua com 35-40 anos, devido à escassez dos concursos de contratação/efetivação), flexibilização do trabalho (abole-se a distinção “entre tempo pieno” – integral e - “tempo definito”, parcial), solução para o problema do financiamento via recursos privados para faculdades, cursos e até cátedras, através de fundações de direito privado”, abertas às empresas (COGGIOLA, 2004, p. 70-1).

A constatação da debilidade no acesso a educação superior, cujos dados estatísticos apontam que apenas 9% dos jovens entre 18 e 24 anos chegam a freqüentar a faculdade, percentual muito inferior comparado aos 27% no Chile; 39% na Argentina; 62% no Canadá e 80% nos Estados Unidos da América, bem como as diretrizes do Plano Nacional de Educação-PNE, lei nº. 10.172, de 6 de janeiro de 2001, que determina que até 2010, 30% dos jovens em idade universitária, estejam ocupando vagas nos cursos de nível superior, aceleram as urgentes medidas adotadas para ampliar o acesso ao ensino superior brasileiro.

Procurando atender ao estabelecido no PNE, o Governo Federal pretende até o ano de 2007, duplicar o número de matrículas nas Instituições de Ensino Superior Federal, passando das atuais 524 mil matrículas para 1 milhão e 48 mil.

Especula-se, nesse sentido, a criação do Instituto Darcy Ribeiro, que objetiva o ingresso de 500 mil alunos no ensino superior através da educação à distância, implicando um verdadeiro desmantelo na educação superior, porque significa verbas menores, maior precarização do ensino, redução na contratação de professores, além de favorecer os grupos internacionais e/ou nacionais que investem nos *pacotes* para formação á distância, via Internet. Como exemplo, podemos citar o caso da Faculdade de Administração via Internet do Brasil-AIEC, proclamada como a primeira faculdade por Internet do Brasil, cuja propaganda é um disquete, e tem como *slogan*: *este é o seu caderno*.

Segundo documento oficial obtido pela “Folha de São Paulo”, o governo pretende aumentar gradativamente os investimentos nas universidades federais até chegar

a um gasto de manutenção de 1,01 bilhão em 2007, praticamente o dobro do que foi investido em 2003, 551 milhões.

É também proposta do governo, segundo documento oficial obtido pela Folha, aumentar gradativamente os investimentos nas universidades federais, até alcançar um gasto de manutenção de 1,01 bilhão de reais em 2007, praticamente o dobro do que foi aplicado em 2003, 551,6 milhões de reais (FOLHA, 2004).

A Deputada Federal Selma Schons do PT/PR, lançou mão de um projeto de lei que pretende instituir a contribuição de ex-alunos oriundos das universidades públicas. O supracitado projeto, em tramitação no congresso, objetiva a contribuição de 2 a 3% do salário, para os egressos que ganharem salário superior a R\$ 25.000,00/ano, ou seja, uma contribuição 500 a 700 reais anuais, que seriam destinados exclusivamente ao ensino superior, dividida em duas partes que seriam distribuídas uma para a universidade que o egresso estudou e a outra para ser repassada para um fundo onde seriam contempladas todas as IES públicas<sup>9</sup>.

A proposta de reformulação do ensino superior fixa prazo mínimo de 3 anos de duração para os cursos e cria três tipos de instituições de ensino superior - universidade, centro universitário e faculdade -, tendo cada uma de cumprir requisitos qualitativos para manter ou subir de faixa, podendo sofrer *rebaixamento*, caso não se alcance a excelência exigida nos cursos.

Assim, através do discurso de justiça social, que não corresponde a realidade, pois como informa os dados do IBGE, a renda dos estudantes das IES privadas, comparando curso a curso, é superior a renda dos estudantes das universidades públicas, adicionado a implantação de medidas provisórias como o SINAES<sup>10</sup>, sistema de avaliação do governo Lula, bem como o PROUNI<sup>11</sup>, o governo consegue mobilizar a opinião pública contra a gratuidade do ensino.

Com a implantação da Medida, o Governo auxilia o rico setor das empresas educacionais, que além de 'sofrer' com as altas taxas de ociosidade em suas vagas, experimentavam um percentual de 20% de inadimplência de suas matrículas. A Medida Provisória nº 213 foi o que de melhor poderia acontecer para o setor. A Associação Nacional das Universidades Privadas-ANUP declarou em vários jornais de circulação diária que a referida medida que instituiu o Prouni, foi a melhor iniciativa para a educação nos últimos 20 anos. Segundo Heitor Pinto Filho, presidente da Instituição, as mais de trinta reuniões em oito meses de negociação com o governo, tiveram como saldo um resultado positivo.

<sup>9</sup> O governo pretende ainda criar um Fundo Especial para O Ensino Superior, semelhante ao já existente para o Ensino Fundamental (FUNDEF), oriundo de uma cesta de impostos.

<sup>10</sup> Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

<sup>11</sup> Programa Universidade Para Todos

Segundo o presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras-CRUB, Manasses Claudino Fonteles, a entidade também não fará oposição à medida provisória. Alguns reitores expressaram preocupação com os detalhes para as universidades filantrópicas, mas o CRUB não fará oposição oficial à medida.

Outro artigo publicado no jornal O Dia, veiculado no dia 15 de setembro de 2004, traz a palavra do reitor da Unicarioca, afirmando seu apoio à MP do Prouni, enfatizando que a mesma atende aos anseios do setor do ponto de vista da lógica empresarial. Nas palavras dele: “Chegou a vez da educação [...]. O grande mercado para o crescimento do ensino universitário é o da classe que pode pagar por um curso superior, mas encontra dificuldades em arcar com o valor atual das mensalidades escolares” (MATTOS, 2004, p. ).

### 3.1 O PROUNI

Segundo levantamento do Ministério da Educação, no ano de 2003 existiam 1637 Instituições de Ensino Superior-IES no Brasil, destas 1442 privadas, as quais apresentam 37,5% de suas vagas como ociosas, correspondendo a 550 mil do total de vagas oferecidas no ensino superior brasileiro.

O MEC aponta como solução para resolver o problema da inserção dos jovens no ensino superior, cuja demanda nos vestibulares cresceu mais de 200%, passando de 517 mil, em 1991 para 1,6 milhão em 2002, e a alta taxa de ociosidade nas instituições particulares de ensino, a criação de vagas públicas nas faculdades privadas.

Com a proposta de criar 100 mil vagas nas instituições privadas para estudantes negros, ex-detentos, portadores de deficiência<sup>12</sup> ou carentes, o Governo Lula lança mão, através da Medida Provisória-MP nº 213, de 10 de setembro de 2004, do projeto que se apresenta à sociedade como uma proposta avançada para a inclusão social daqueles que não têm a oportunidade de ingressar na universidade. Por meio do referido projeto, conseguiria-se o ingresso de grande parte dos jovens, em idade universitária, no ensino superior. O programa objetiva a *estatização* de vagas do ensino privado nas instituições filantrópicas, comunitárias e/ou confessionais. Para tanto, serão dispensadas às contribuições tributárias de todas aquelas *universidades* que se interessarem em *vender* suas vagas ociosas ao governo federal.

Os impostos que deixarão de ser cobrados são: o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica; Contribuição Social sobre Lucro Líquido-CSLL; Programa de Integração Social-PIS; e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social-COFINS (BRASIL/MEC, 2004).

<sup>12</sup> Atualmente, utiliza-se a expressão portadores de necessidades especiais.

O Programa Universidade Para Todos - PROUNI pretende conceder bolsas de estudo integrais e parciais. A bolsa parcial, de 50%, ou seja, meia bolsa, são destinadas aos estudantes que não excederem três salários mínimos<sup>13</sup> por membro da família, e a bolsa de 100%, ou integral, para os jovens que possuem renda familiar *per capita* não superior a 1,5 salário mínimo, contemplando os estudantes que não possuem diploma de nível superior, e os professores da rede pública de ensino, que almejam concorrer aos cursos de licenciatura ou pedagogia, destinados à formação do magistério da educação básica, para esses, independentemente da renda, podendo concorrer aos cursos de graduação ou seqüenciais em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos<sup>14</sup>. Como anteriormente já dito, as instituições privadas congregam mais de 80% das vagas oferecidas no mercado. Contudo, assim como é grande o percentual das particulares, é cada vez mais crescente o percentual de vagas ociosas<sup>15</sup> e/ou inadimplência. Na crença de resolver esses dois problemas de uma só vez, o governo federal, na pessoa de seu Ministro da Educação, Tarso Genro, lança mão do referido projeto como solução mais rápida e eficaz.

As IES particulares pagavam todos os impostos, dos quais 20% deveriam ser investidos em bolsas de estudo em troca das isenções fiscais. As instituições sem fins lucrativos também recolhiam todos os impostos, exceto a Cota Patronal, que corresponde a taxa de 20% sobre a folha de pagamento dos funcionários. Para o governo, correspondia a um subsídio público em média de R\$ 840 milhões ao ano. Com o PROUNI, caso todas as instituições venham a aderir, haverá um subsídio ao empresariado, superior a R\$ 2 bilhões /ano, sem contar o montante de R\$ 1 bilhão destinado ao FIES<sup>16</sup>.

O susto advindo com o Decreto da Medida Provisória-MP nº 213 referente ao Prouni foi tamanho, atingindo os docentes e discentes, bem como as organizações que historicamente empunharam a bandeira de luta em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade, e que depositaram no governo de frente popular suas maiores expectativas e *esperança* de dias melhores para a universidade pública brasileira, estranhando-se, sobretudo, a falta de diálogo com as organizações sociais vinculadas à educação, como Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES, Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras - FASUBRA entre outras, não se interrogando sequer se nas universidades federais haveria condições de se expandir o número de vagas para essa demanda que bate às portas do ensino superior.

<sup>13</sup> O valor do salário mínimo que era de R\$ 260,00, foi alterado em maio de 2005 para R\$ 300,00.

<sup>14</sup> As instituições privadas que aderirem ao programa deveriam oferecer 10% de suas receitas em vagas de bolsa de estudo (vagas ociosas), mas segundo proposta de emenda da câmara, esse percentual deveria limitar-se a 7%, o que reduziria em 30.000 vagas.

<sup>15</sup> Estipula-se algo em torno de 35% das vagas.

<sup>16</sup> Financiamento Estudantil - Programa que concede financiamento a universitários regularmente matriculados em instituições de ensino superior particulares.



Estudo da entidade dos reitores das universidades federais afirma que com apenas R\$ 1 bilhão seria possível generalizar o ensino noturno das IFES, criando aproximadamente 400 mil vagas. Com o total de verbas públicas que está sendo previsto para as instituições privadas poderíamos ter mais de um milhão de novas vagas. Os fatos desmentem o propósito social dessa política que faz avançar ainda mais a privatização do ensino superior, setor que totaliza 88% das instituições e 72% dos estudantes do ensino superior (LEHER, 2004, p. ).

Portanto, poderíamos ter ampliado mais de um milhão de novas vagas, se utilizássemos o total das verbas que estão sendo dispensadas pelo governo, para dar-lhes um curso superior que pode ser de quatro anos ou de apenas dois, como são os cursos seqüenciais.

#### 4 CONCLUSÃO

Não temos dúvidas de que esse projeto encabeçado pelo governo Lula, cujas origens encontram-se nos primórdios do governo FHC, o qual sempre manteve uma profunda consonância com as orientações do Banco Mundial, vem a calhar com os pródomos neoliberais. A referida política pública acaba por prejudicar os estudantes duas vezes: primeiro porque os alunos entram nas piores faculdades, segundo porque acabam tendo seu acesso às públicas dificultado. Haja vista não ser difícil perceber que o maior número de vagas ociosas encontram-se nas piores faculdades. As melhores deixam fila na espera dos classificáveis. Com o não recolhimento dos impostos dispensados em troca das vagas, o governo federal deixa de receber, e conseqüentemente, tem uma menor receita para repassar às universidades públicas.

Vale ressaltar que inicialmente, o projeto contemplava 400 mil vagas; agora não passa de 180 mil, ou seja, muito inferior ao originalmente estipulado, o que levaria três anos para atingir tal meta. O programa se apresenta como remédio para os problemas de *exclusão social*, mas, como é bem sabido, não resolve os problemas educacionais do ensino superior brasileiro, e sim, configura-se como mais uma maneira de descarregar a crise do capital nas costas dos trabalhadores.

#### REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC. *PROUNI*. Disponível em:<<http://www.mec.org.br/prouni>>. Acesso em 11 nov. 2004.

COGGIOLA, Osvaldo. **O Governo Lula**: da esperança à realidade. São Paulo: Xamã, 2004. FOLHA. Disponível em:<<http://www.apub.org.br/veiasabertas>>. Acesso em 10 ago. 2004.

GODOI, Filho. Disponível em:<<http://www.apub.org.br/veiasabertas>>. Acesso em 10 ago. 2004.

LEHER, Roberto. Disponível em:<<http://www.apub.org.br/leher>>. Acesso em: 10 ago. 2004.

MATTOS, Marcelo. B. Disponível em:<<http://www.apub.org.br>>. Acesso em: 10 ago. 2004.

MÉSZÁROS, Isteván. **Para além do capital**. [s.l]: Boitempo, 2002.

NEVES, Lucia Maria Wanderley (org). **Reforma universitária do Governo Lula: reflexões para o debate**. São Paulo: Xamã, 2004.

O DIA. Disponível em:<<http://www.apub.org.br/veiasabertas>>. Acesso em 10 ago. 2004.